



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ISABELLY CHRISTINNY DE LIMA

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E EXAMES ESCOLARES
Avaliação numa perspectiva qualitativa**

**Maceió
2019**

ISABELLY CHRISTINNY DE LIMA

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E EXAMES ESCOLARES
Avaliação numa perspectiva qualitativa

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção de nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Orientadora: Prof^a Dra. Ana Carolina Faria Coutinho Gléria.

Maceió
2019

ISABELLY CHRISTINNY DE LIMA

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E EXAMES ESCOLARES:
AVALIAÇÃO NUMA PERSPECTIVA QUALITATIVA**

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 09/08/2019.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Faria Coutinho Gléria

Comissão Examinadora



Profa. Ana Carolina Faria Coutinho Gléria (CEDU/UFAL)



Profa. Dra. Abdízia Maria Alves Barros (CEDU/UFAL)



Profa. Dra. Silvana Paulina de Souza (CEDU/UFAL)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA

ISABELLY CHRISTINNY DE LIMA

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E EXAMES ESCOLARES
Avaliação numa perspectiva qualitativa

Isabelly Christinny de Lima
belly_jc@hotmail.com

Orientadora: Ana Carolina Faria Coutinho Gléria

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a diferença entre avaliação e exame, relatar o que os documentos oficiais falam a respeito da avaliação, e através da análise de alguns referenciais teóricos, compreender qual a melhor forma de avaliar o aluno. O tema foi escolhido com o objetivo de analisar o que as bases teóricas falam sobre avaliação, para com isso compreender melhor como se dá o ato de avaliar os alunos. A reflexão a respeito da temática é de grande importância para que haja um despertar do profissional docente. Para melhor compreensão da temática proposta apresenta-se as seguintes indagações: Quais as diferenças existentes entre avaliação e exames? O que os documentos oficiais falam a respeito da avaliação da aprendizagem no ensino fundamental I? E por fim, qual a melhor maneira de avaliar a aprendizagem do aluno? A metodologia utilizada para realização do trabalho foi o levantamento bibliográfico, onde foram utilizados: Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2010); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (BRASIL, 1996); HOFFMANN (2011, 2014a, 2014b); LUCKESI (2006, 2011a, 2011b); ROMÃO (1998); ZABALA (1998, 2000); Através dos levantamentos bibliográficos e Leis apresentadas, concluímos que avaliação e exame possuem concepções distintas em sua essência e que a legislação referenciada direciona os profissionais à prática de avaliação diagnóstica, qualitativa. Diante disto, entendemos que a melhor maneira de avaliar os alunos seria uma avaliação diagnóstica e formativa.

Palavras-chave: Avaliação. Exames. Avaliação qualitativa.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo diferenciar a avaliação de exames, relatar o que os documentos oficiais falam a respeito da avaliação, e compreender através de aparato teórico qual a melhor maneira de avaliar os educandos.

O tema foi escolhido com o intuito de analisar as diferentes concepções a respeito da avaliação, compreender através dos teóricos como: HOFFMANN (2011, 2014a, 2014b); LUCKESI (2006, 2011a, 2011b); ROMÃO (1998), ZABALA (1998, 2000), além da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2010), que consiste o “avaliar”.

Ainda hoje há uma confusão a respeito do ato de avaliar. Luckesi (2011, p.180) nos diz que "nos dias atuais, em nossas escolas, efetivamente anunciamos uma coisa - avaliação - e fazemos outra - exame - o que revela um equívoco tanto no entendimento quanto na prática". Ou seja, há professores que pensam estar avaliando seus alunos, mas estão classificando-os.

Após análise bibliográfica, pretendemos apresentar a diferença entre avaliação e exames, e posteriormente expor nossas impressões acerca do ato de avaliar, nossa hipótese é a de que é importante uma avaliação processual, contínua e qualitativa, não classificatória, levando em consideração todo o processo, não somente determinadas atividades.

A justificativa para elaboração deste trabalho se dá em trazer aos sujeitos leitores um esclarecimento a respeito do ato de avaliar os alunos, após analisar a própria prática (caso este seja docente) ele poderá redirecionar sua forma de avaliar, seguindo as orientações de autores que estudam o tema, e ter a compreensão de que seus alunos possuem diversas potencialidades, que podem ser trabalhadas por eles, é preciso avaliar o aluno de maneira processual.

Para uma melhor compreensão da temática proposta apresentamos as seguintes indagações: Quais as diferenças existentes entre avaliação e exames? O que os documentos oficiais falam a respeito da avaliação da aprendizagem no ensino fundamental I? E por fim, qual a melhor maneira de avaliar os alunos?

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi o levantamento bibliográfico, com vistas à uma pesquisa de caráter qualitativo. Segundo Gamboa (2012, p.31) o método “[...] se definiu como um caminho para o conhecimento”, faz-se necessário ter consciência do método utilizado para que a pesquisa caminhe

rumo à aquisição do conhecimento, nele encontramos o caminho para chegar ao aprendizado.

Diante disto, pretendemos neste artigo, apresentar reflexões acerca do ato de avaliar, ultrapassando a ideia de apenas apresentar dados, falas e documentos acerca da mesma. Ainda sobre a pesquisa bibliográfica, de acordo com Araújo e Viana (2011, p.66-67) ela é,

Construída a partir das leituras e análises de textos de livros, artigos, documentos pertinentes ao tema, leva a reconstrução de ideias baseadas em concepções teóricas, considerando o objeto de estudo selecionado pelo pesquisador

Dito isto, no primeiro momento apresentamos ao leitor algumas concepções acerca dos exames e da avaliação, tendo como referência os autores indicados anteriormente. Em seguida, trataremos sobre o que a Lei de Diretrizes e Base da Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica apresentam no que se refere a avaliação da aprendizagem dos alunos. Posteriormente, nossas considerações acerca do ato de avaliar. E por fim, segue a conclusão do trabalho e as referências utilizadas.

2 Exames e avaliação: qual a diferença?

2.1 Avaliação

O profissional da educação precisa ter consciência do que tem guiado o seu trabalho no dia a dia da sala de aula. Muitas são as concepções sobre a educação - e como trataremos neste artigo especificamente - existem diferentes concepções sobre a avaliação da aprendizagem.

Para que os professores desempenhem seu trabalho de forma satisfatória, é importante que estes façam uma análise cuidadosa das metodologias de ensino que adotam, bem como a forma de analisar se o seu aluno está aprendendo efetivamente. Ao observar sua prática tendo embasamento teórico, este professor poderá ajustar ou modificar seus procedimentos de ensino para que o aluno de fato se desenvolva. Muitos docentes têm adotado o critério dos exames para

tomar consciência da aprendizagem dos alunos, e consideram esta prática como avaliação da aprendizagem. Ora, os exames, os seminários, testes, apresentações orais etc., são instrumentos de coleta de dados como afirma Luckesi (2011a, p. 297),

(...) o uso de instrumentos de coleta de dados, em si, não tem a ver com exames ou com avaliação. Tanto o ato de examinar quanto o ato de avaliar necessitam deles. Exame e avaliação exigem coleta de dados sobre o desempenho do educando como ponto de partida do seu processamento. Os atos de examinar e avaliar distinguem-se pelas concepções pedagógicas às quais estão vinculados e pelos seus conceitos e não pelos recursos técnicos de coleta de dados utilizados.

Ainda hoje, muitos confundem exames com avaliação, estes dois termos possuem concepções distintas, e é necessário que o professor tenha a consciência disso para que possa – caso julgue necessário – mudar, ou mesmo melhorar sua prática em sala de aula acerca da avaliação.

E se tratando de avaliação, de acordo com Hoffmann (2011), desde os anos 70 muitos teóricos vinham criticando uma prática avaliativa que classificava os alunos, que considerava apenas os aspectos quantitativos, desconsiderando o processo de aprendizagem. Hoffmann (2011, p.33) nos diz que, em 1970 a teoria de avaliação formativa apresentada por Michal Scriven foi introduzida no Brasil, tinha como objetivo acompanhar os processos avaliativos através de etapas, que formariam o conjunto de dados a serem analisados. Também nos anos 70, foi criada a “recuperação preventiva”, que tinha o intuito de retomar as dificuldades apresentadas pelos alunos, para prevenir dificuldades futuras, e caso alguma dificuldade permanecesse haveria uma recuperação final e terapêutica.

Desde os anos 70 muitas críticas vêm sendo feitas às práticas avaliativas que classificam os alunos, e mesmo que a maioria dos professores concorde que a avaliação deve considerar o processo da aprendizagem e os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, a prática de examinar os alunos continua a mesma. Hoffmann (2011, p.36) diz: “Antes de se fazer diferente, é preciso pensar diferente sobre o que se faz”. A autora nos apresenta suas concepções a cerca do ato de avaliar: Segundo Hoffmann (2011, p. 37),

Um processo avaliativo mediador é, por sua natureza, preventivo, no sentido de uma atenção constante às dificuldades apresentadas pelos alunos; é cumulativo e não somativo, no sentido que os dados qualitativos e quantitativos se complementam, permitindo uma análise global do aprendizado do aluno.

Ao avaliar os alunos se colocando como um mediador, o professor está assumindo uma posição de agente promotor de uma aprendizagem significativa, pois ele irá se preocupar com prevenção de dificuldades futuras e superação das presentes. Além disso, é cumulativo por levar em consideração todo o processo da aprendizagem, os dados qualitativos e quantitativos se complementam, desta forma o professor poderá analisar seus alunos no todo. Vale lembrar que segundo Hoffmann (2011, p.42), “a análise qualitativa é que fornece ao educador os subsídios essenciais ao processo mediador”.

Hoffmann (2014a, p.2) ao falar da avaliação mediadora, considera que o sentido da mesma se dá no:

[...]desafio cognitivo, análise das potencialidades do educando para uma intervenção pedagógica positiva.

A avaliação mediadora tem alguns direcionamentos para se estabelecer. O professor precisa instigar seus alunos, ouvir seus questionamentos, desafiá-los a ir além, e através de cuidadosa análise, ver as potencialidades dos alunos, suas dificuldades, com o intuito de ajudá-lo a se desenvolver de maneira significativa. A avaliação mediadora coloca o professor justamente como alguém que media o ensino aprendizagem. Assim como para Hoffmann é importante fazer uma análise das potencialidades dos alunos, ou seja, verificar como está sua aprendizagem, sempre com o intuito de mediar as soluções para uma aprendizagem significativa, Luckesi (2006, p.2), nos diz: “A avaliação da aprendizagem é o ato de diagnosticar o desempenho do estudante, tendo em vista auxiliá-lo a chegar ao nível mínimo necessário de aprendizagem”. É preciso diagnosticar, para posteriormente intervir, se necessário. O professor sempre tem a intenção de promover o aluno.

Pensando ainda na avaliação da aprendizagem, tendo em vista o sucesso escolar do aluno e seu desenvolvimento pleno, Zabala (1998, p.201), nos apresenta sua concepção de avaliação, que tem a finalidade de ser formativa,

A partir de uma opção que contempla como finalidade fundamental do ensino a formação integral da pessoa, e conforme uma concepção construtivista, a avaliação sempre tem que ser formativa, de maneira que o processo avaliador, independentemente de seu objeto de estudo, tem que observar as diferentes fases de uma intervenção que deverá ser estratégica.

A avaliação formativa para este autor envolve alguns processos, um esquema que se dá em: avaliação inicial, planejamento, adequação do plano (avaliação reguladora), avaliação final, avaliação integradora, que respectivamente significam: conhecer qual é a situação de partida; um planejamento com fundamentação; plano de intervenção que tenha flexibilidade; verificação dos resultados obtidos, e por fim, compreensão e valorização do processo, que permite novas propostas para possíveis intervenções, de acordo com Zabala (1998, p. 201).

A avaliação acontece considerando etapas, os professores que estão avaliando preocupam-se com o processo, com a análise dos resultados obtidos, e caso seja necessário, reformulam suas propostas pedagógicas. Para isso, o professor precisa estar aberto ao diálogo com seus alunos, para além dos testes, promover um ambiente de aprendizagem efetiva.

Apresentando a avaliação em um sentido técnico, Romão (1998, p 53) nos diz: “Em seu sentido restrito, a avaliação da aprendizagem é o procedimento docente que atribui símbolos a fenômenos cujas as dimensões foram medidas, a fim de lhes caracterizar o valor, por comparação com padrões pré-fixados”. Os docentes sempre possuem objetivos que desejam alcançar, e durante as aulas, ele verifica como está o processo de aprendizagem dos seus alunos.

Tendo como respaldo as ideias de Paulo Freire, Romão nos traz uma concepção de avaliação, conhecida como dialógica, onde o professor constrói e reconstrói o conhecimento junto com seus alunos, existe uma reciprocidade, o conhecimento trazido pelo aluno é valorizado, leva em consideração o processo. Além disso, a avaliação dialógica presta atenção nos erros e acertos dos alunos, com o intuito de direcionar o professor para as práticas pedagógicas mais apropriadas no momento. Para que a avaliação dialógica aconteça, Romão (1998, p. 69-70) nos diz,

Na perspectiva dessa concepção, podemos vislumbrar os seguintes passos necessários da avaliação: I. identificação do que vai ser avaliado; II. Negociação e estabelecimento dos padrões; III. Construção dos instrumentos de medida e avaliação; IV. Procedimento da medida e da avaliação; V. análise dos resultados e tomada de decisão quanto aos passos seguintes no processo de aprendizagem.

Seguindo cada um desses passos os professores poderão desenvolver, por exemplo, uma avaliação dialógica para com seus alunos, se preocupando com todo o processo, além disso, o professor não é apenas transmissor, mas aquele que aprende juntamente com os seus alunos no dia a dia da sala de aula.

Vemos que a avaliação está dentro de uma perspectiva diagnóstica, ou seja, o docente coleta dados sobre a aprendizagem dos alunos para saber como está a qualidade da aprendizagem para intervir – caso julgue necessário. Ela também é processual, porque analisa os alunos em todos os momentos, não apenas em determinadas situações.

2.2 Exame

Em se tratando dos exames veremos que eles trilham caminhos distintos da avaliação como vem sendo apresentada até o momento. Segundo Zabala (1998), a forma que temos avaliado nossos alunos, segue o mesmo preceito de anos atrás, ou seja, avaliar o aluno de maneira pontual, interessando apenas o que ele sabe naquele momento. Esta prática foi estabelecida e transmitida a tanto tempo, que mesmo com as propostas inovadoras desenvolvidas por teóricos da educação, e as Leis que regem a educação no País, ainda, em diversas instituições vemos gestores, professores etc., investindo todos os esforços para qualificar os alunos no intuito de que alcancem uma nota para ingressarem na universidade. Desde muito cedo há uma seleção na escola: aqueles que alcançam a média desejada, e aqueles que não.

Zabala (1998, p.198) nos diz que,

(...) procedemos de uma tradição educacional prioritariamente uniformizadora, que parte do princípio de que as diferenças entre os alunos das mesmas idades não são motivo suficiente para mudar as formas de ensino, mas que constituem uma evidência que valida a

função seletiva do sistema e, portanto, sua capacidade para escolher os melhores.

Avaliar os alunos com esta visão apresentada por Zabala, é classificá-los colocando-os à margem da aprendizagem efetiva, e isto é uma das características do ato de examinar, agindo assim a escola está negando o seu papel, ou seja, de ser uma instituição responsável por proporcionar e auxiliar os alunos em seu pleno desenvolvimento.

Trazendo ainda esta visão de classificação que o exame tem em sua essência, segundo Luckesi (2011a, p. 195), “os exames são classificatórios, ou seja: tanto o candidato num concurso quanto o estudante em sala de aula são situados numa escala”. Este exemplo o concurso público é trazido por Luckesi para exemplificar o quanto os exames escolares podem ser classificadores, a ponto do aluno ser deixado de lado, à margem da aprendizagem efetiva, que a escola lhe nega ao classificá-los em rankings e não focar na aprendizagem que ainda não ocorreu.

Além de classificar os alunos, segundo Luckesi (2011a, p. 181),

(...) os exames escolares e acadêmicos estão voltados para o passado, numa prática de exame, espera-se que o estudante manifeste aquilo que já aprendeu. Para o ato de examinar, vale somente o que o estudante conseguiu assimilar e expressar até o momento presente

Como Luckesi (2011a) afirma, os exames estão com o seu olhar para o passado, com isto não importa saber as dificuldades que os estudantes apresentaram durante o processo, ou mesmo trabalhar numa visão de superação dos entraves encontrados.

Nesta mesma linha, Romão (1998), nos mostra que, se a escola tem uma visão bancária de educação, onde os alunos são vistos como depósitos, que estão esperando para receber algo já determinado pelo professor, acaba seguindo uma linha de avaliação que se preocupa apenas com os resultados.

Segundo Romão (1998, p. 88),

Essa concepção de educação desemboca, fatalmente, numa concepção de avaliação que vai se preocupar apenas com a verificação dos “conhecimentos depositados” pelo professor no aluno, desconhecendo os procedimentos, instrumentos e estratégias utilizados pelo educando para absorção ou rejeição desses “conhecimentos”.

Parar apenas na verificação dos conhecimentos apresentados pelos alunos no momento do exame, não garante uma aprendizagem significativa, outros fatores que devem ser considerados nos momentos de avaliação dos alunos, como expresso pelo autor, fazem parte de um fazer pedagógico significativo. Como o aluno chegou a determinadas respostas são características importantes que precisam ser analisadas, um ponto que o exame não se preocupa.

Além da classificação que os exames exercem sobre os estudantes, Romão (1998, p. 60), nos lembra que:

No sistema promocional, o aluno se submete às avaliações para “passar” ou ser “reprovado”. A reprovação tende a ser interpretada muito mais como uma derrota que impossibilita os avanços do que como um desafio que provoca as tentativas de superação.

Utilizando os exames escolares com este intuito, os alunos não se preocupam em aprender efetivamente os conteúdos, e os professores não estão se atentando para isto também, com isto os alunos acabam por se sentir incapazes, frustrados, e o erro que cometem não os impulsiona a ir a diante.

Ainda sobre os exames, Hoffmann (2014b, p.66) nos diz,

(...) na visão tradicional da avaliação, a correção é que determina a aprovação ou reprovação do aluno. Ou seja, decorrente da contagem de acertos e erros em tarefas, classificando-os em aprovados ou reprovados em cada período letivo.

Vemos que os exames estão preocupados apenas em aprovar ou reprovar os alunos, quando a escola e todos que dela fazem parte precisam dirigir seus esforços em prol da promoção dos alunos em todos os graus de ensino. Como disse Hoffmann, há uma contagem dos acertos e erros dos estudantes. A quantidade de acertos em um exame não diz se o aluno efetivamente aprendeu, pois ele pode ter usado de meios errados para acertar as perguntas feitas no exame, pois segundo Luckesi (2011a, p. 187): “(...) se um estudante apresentar respostas corretas obtidas por meios fraudulentos e não for descoberto nessa prática, as respostas são assumidas como certas, pois se olha somente para o produto”.

Como temos observado, os exames podem apresentar resultados duvidosos, não se preocupam com o processo de aprendizagem, e tem como característica a seletividade. Luckesi (2011a, p. 199) nos diz: “A seletividade suprime a necessidade e a possibilidade de futuros investimentos nos excluídos”. Quando a escola assimila a visão tradicional de examinar os alunos, ela entra em uma zona que fere os princípios de sua própria existência, ela precisa investir nos alunos que estão com baixo rendimento escolar. Hoffmann (2014a, p.3) diz: “(...) as escolas foram criadas para promover moral e intelectualmente os alunos de forma plena, e essa deve ser a intenção primeira dos professores ao avaliar”. Com isto, vemos que se a escola adota uma postura seletiva, ela deixa de cumprir com o seu papel.

3 Avaliação da aprendizagem na perspectiva Legal

As Leis de Diretrizes e Base para a Educação Nacional 9394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação (4/2010) constituem-se em legislação para o País, nelas encontramos direcionamentos para a educação da nação. Nos documentos existem tópicos que dizem respeito à avaliação da aprendizagem dos alunos, apresentam uma forma de avaliar os estudantes de maneira que considere seu aluno como um todo, não de maneira fragmentada, mas utilizando de uma avaliação qualitativa, onde muito mais do que as notas de fim de ano, o docente avalie seu aluno levando em consideração suas diversas áreas. Esta linha de pensamento vem sendo discutida e foi estabelecida na LDB há muito tempo, como veremos a seguir, mas ainda hoje existem dificuldades para uma real prática de uma avaliação qualitativa sobre a quantitativa.

De acordo com Hoffmann (2011), a LDB 5.692/71 Lei anterior a LDB 9.394/96, já falava da forma que o docente precisava adotar para avaliar o seu aluno,

Art. 14. A verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

1º Na avaliação do aproveitamento, a ser expressa em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso seja exigida

Avaliar os alunos levando em consideração os aspectos qualitativos sobre os quantitativos leva o professor a compreender de maneira mais abrangente e segura como de fato está o desenvolvimento dos seus alunos, se estão desenvolvendo as habilidades e adquirindo as percepções propostas pelo professor. Como Hoffmann (2011) mencionou, a lei anterior à LDB 9.394/96, já falava sobre a perspectiva qualitativa, no entanto, parece haver um equívoco da parte dos profissionais da educação para compreender o que seria colocar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Aplicar uma prova e avaliar os alunos levando em consideração somente o resultado daquele exame, não pode trazer um diagnóstico mais próximo da real situação do aluno. Este poderia ter aleatoriamente respondido às questões, sem ter certeza das mesmas, adquirir uma boa nota, mas não ter aprendido efetivamente os conteúdos propostos.

Quando o professor utiliza do meio quantitativo para avaliar o desempenho do seu aluno, pode estar cometendo um grande equívoco na interpretação dos testes e provas nos quais os alunos foram submetidos anteriormente. Como afirma Hoffmann (2011), o fato do aluno ter acertado as respostas esperadas pelo professor não quer dizer que ele tenha de fato aprendido o conteúdo proposto. É importante que os professores se atentem em analisar as respostas dos alunos, pois de acordo com Hoffmann (2011, p.41),

Fazer a análise qualitativa de uma tarefa de aprendizagem compreende, assim, descrever o nível de compreensão do aluno em relação a uma determinada área de conhecimento. Dificilmente essa descrição poderá ser expressa por sinais de certo/errado, notas ou conceitos, porque esses são genéricos, no sentido de não especificar a natureza das respostas dos alunos. Daí a importância da prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos sugeridos em lei.

É importante avaliar as atividades propostas para os alunos de maneira qualitativa, pois a intenção do professor precisa ser o de investigar o andamento da aprendizagem do seu aluno, identificar as dificuldades que apresentou, para então fazer um replanejamento de suas metodologias de ensino no intuito de que este aluno alcance o resultado esperado.

Em se tratando da LDB 9.394/96 observamos que o artigo 13 inciso I diz: "Os docentes incumbir-se-ão de: "participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino". Os professores precisam participar

efetivamente da elaboração da proposta pedagógica da escola, e desenvolver o trabalho em sala de aula através dos critérios que foram estabelecidos em conjunto com todos da instituição. Além disto, ainda no artigo 13 inciso IV: "Os docentes incumbir-se-ão de: estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento", ao docente compete zelar pela aprendizagem do aluno, por isso sua maior preocupação precisa ser a aprendizagem efetiva dos estudantes. Como vimos no desenvolver do trabalho, tais normas muitas vezes não são observadas, ou são mal interpretadas pelos profissionais da educação. Quando Luckesi (2011a), trata sobre os instrumentos de coleta de dados para avaliação, ele traz uma observação importante:

Os dados necessitam ser coletados em conformidade com as exigências do objeto de estudo, ou seja, com o que estamos investigando e com a forma pela qual abordamos nosso objeto de pesquisa, o que implica, no caso do ensino-aprendizagem, ter presentes as configurações do projeto da escola, como também dos planos de ensino, assim como das aulas. O que importa avaliar é o resultado da ação, e esta deve estar definida nessas instâncias. (LUCKESI, 2011a, p. 295-296)

É importante salientar este ponto, porque muitas vezes o professor utiliza de outros parâmetros para além daqueles estabelecidos no projeto da escola, e acaba por fazer uma avaliação equivocada sobre a construção de saberes pelo aluno. Ter os objetivos bem definidos auxiliará o avaliador, neste caso, o professor, a analisar os dados coletados com veracidade. Segundo Luckesi (2011a), avaliar é diagnosticar, para isto o docente descreve a realidade exatamente como ela é, para em seguida qualificá-la como satisfatória ou insatisfatória. Após isto, ele terá consciência de como está a aprendizagem do seu aluno e poderá intervir planejando novas estratégias de aprendizagem para eles, como consta na LDB. Assim, o Artigo 24 inciso V (a) da LDB 9.394/96 dispõe:

A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Vemos que neste documento permaneceu o mesmo direcionamento acerca da avaliação, ou seja, uma avaliação contínua, qualitativa, com o intuito de

observar o desempenho dos alunos durante todo o processo de ensino aprendizagem, não em pontos específicos. A avaliação vai muito além do que colocar pontuações nas provas dos alunos, ela se preocupa com uma aprendizagem efetiva, com um desempenho satisfatório.

Avaliar os alunos de maneira contínua envolve perceber todo o processo que acontece no ensino aprendizagem, as estratégias utilizadas pelos alunos no desenvolver de suas respostas, as interações do dia a dia da sala de aula, devem ser analisadas pelos professores. Esta observação deve ser feita em todos os graus de ensino, inclusive na Educação Infantil, o Artigo 31. Inciso I consta: “avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. Vemos que estas observações devem ser feitas ainda muito cedo, e não pode se deter apenas à Educação Infantil, a LDB 9.394/96 nos mostra que a escola não pode avaliar as crianças com o intuito de promoção, mas com a intenção de contribuir com o desenvolvimento pleno de todas as suas faculdades, tendo como base este princípio, a escola não irá reter a criança na Educação Infantil por não alcançar certos critérios, pois a aprendizagem delas acontece dia após dia.

Se a escola tem a prática de examinar seus alunos, acaba por desviar-se deste direcionamento que a LDB 9.394/96 propõe. Luckesi (2006, p.1), vai nos dizer que:

O exame é classificatório (coloca o estudante em um nível específico de uma escala), seletivo (a partir da posição na qual o estudante é classificado, é aprovado ou reprovado), antidemocrático (se há seletividade, não pode ser democrático, a aprendizagem seria para poucos) e autoritário (quem decide é somente a autoridade e sempre do seu ponto de vista) (...).

A escola precisa estar atenta à forma que tem utilizado para avaliar seus alunos, pois ela não deve adotar uma postura classificatória, como explicitada por Luckesi (2006), mas acompanhar seus alunos como a LDB 9.394/96 tem apresentando.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2010), trazem uma discussão acerca da avaliação, salientando a importância da LDB9.394/96 e a prática da mesma, onde em linhas gerais, tem a intenção de

zelar pela aprendizagem significativa dos alunos, levando em consideração sempre os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, analisando todo o processo de desenvolvimento dos discentes. De acordo com as DCNs (2010):

Art. 47 § 4º. A avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, de caráter formativo predominando sobre o quantitativo e classificatório, adota uma estratégia de progresso individual e contínuo que favorece o crescimento do educando, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar, sendo organizado de acordo com regras comuns a essas duas etapas

Todos estes aspectos vêm sendo discutidos ao longo deste trabalho, e como salientado pelos autores, os alunos precisam ser analisados com vistas à sua aprendizagem efetiva, não em sua classificação, exclusão etc. Além disso, é necessário que os professores analisem o progresso dos estudantes de maneira individual e contínua.

A avaliação vista como meio possível de se fazer um diagnóstico da aprendizagem do aluno, direciona, ou redireciona como serão as práticas pedagógicas propostas em sala de aula. Após trabalhar determinados assuntos com as crianças, o docente passa a analisar todo o processo de desenvolvimento para de fato avaliar os seus alunos, ele toma ciência da aprendizagem dos alunos, e além disso passa a analisar as suas próprias práticas, neste processo de ensino-aprendizagem o professor passa a ser também um agente transformador de suas próprias ações, ele contribui com a mudança do outro, e com a própria.

As DCNs (2010) não se referem à utilização de diagnóstico no processo escolar apenas para mostrar quais as dificuldades dos alunos, mas para salientar as suas potencialidades, constitui-se num ponto importante a ser observado em sala de aula, pois os alunos precisam valorizar o próprio aprendizado, saber que ele é capaz, e que não pode se limitar aos erros que comete.

Segundo as DCNs (2010),

§ 1º A validade da avaliação, na sua função diagnóstica, liga-se à aprendizagem, possibilitando o aprendiz a recriar, refazer o que aprendeu, criar, propor e, nesse contexto, apontar para uma avaliação global, que vai além do aspecto quantitativo, porque identifica o desenvolvimento da autonomia do estudante, que é indissociavelmente ético, social, intelectual

Quando o educador utiliza de uma avaliação diagnóstica, poderá analisar com mais precisão quais as dificuldades apresentadas pelos alunos. Além disso, poderá por em prática o exercício de avaliar seu aluno de maneira contínua, como apontado pela LDB 9.394/96 e confirmada pelas DCNs (2010). Como indicado pela LDB 9.394/96 e salientado por Hoffmann (2011), a escola precisa ter uma atenção especial por aqueles alunos que possuem dificuldades de aprendizagem, estes precisam ser acompanhados num espaço de tempo paralelo - preferencialmente - com o seu tempo de estudo. As DCNs (2010) em concordância com o que está estabelecido na LDB 9.394/96 orientam que os ambientes escolares organizem seu tempo de maneira que venha a atender estes alunos, oferecendo-lhes o apoio necessário para sanar as dificuldades.

As DCNs (2010) nos trazem um alerta acerca de como as escolas estão agindo sobre os exames nacionais que são aplicados periodicamente, muitas vezes a escola foca nos assuntos que serão exigidos nas provas apresentadas pelo governo e não explora outras temáticas e aprendizagens que vão além dos assuntos propostos. Questões como cidadania, solidariedade, são elementos que não podem ser demonstrados numa prova, mas vivenciados no dia a dia.

Segundo as DCNs (2010),

Art. 53. A avaliação de redes de Educação Básica ocorre periodicamente, é realizada por órgãos externos à escola e engloba os resultados da avaliação institucional, sendo que os resultados dessa avaliação sinalizam para a sociedade se a escola apresenta qualidade suficiente para continuar funcionando como está

Os testes feitos a nível nacional são importantes, são aplicados com vistas à verificação e melhoria do ensino no País. No entanto, o ensino na escola não pode se apoiar somente nestes exames nacionais, pois muitas outras aprendizagens são externadas pelos alunos de maneiras diferentes, que vão além das provas.

Como tomamos consciência, na LDB 9.394/96, importa ao professor promover o aluno, avaliá-lo de maneira formativa, contínua e qualitativa e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica vem para confirmar o que a LDB 9.394/96 dispõe. Ambos os documentos existem para dar uma orientação

à educação no País, para zelar pela aprendizagem efetiva dos estudantes, que são o futuro do País.

4 Avaliação numa perspectiva qualitativa

Até o momento temos apresentado a diferença entre o ato de avaliar e de examinar os alunos, e o que os documentos legais falam acerca disto. Considerando tudo o que foi exposto até o momento, finalmente gostaríamos de discutir, qual seria a melhor forma de avaliar. Para tanto, é preciso observar algumas questões trazidas por Luckesi (2011a) e Zabala (2000), visto que as colocações de ambos os autores constituem-se em pontos de partida para os professores caminharem rumo a uma avaliação da aprendizagem efetiva.

Zabala (2000, p.1) quando questionado sobre a principal dificuldade que o professor enfrenta no processo de avaliação, observa: “A maior barreira é interna. Ele precisa se desfazer de toda sua história como aluno e como professor”. Ora, todos os sujeitos dispõem de um histórico escolar que acabam por serem internalizado por eles, estes reproduzem – no caso do professor – mesmo que de maneira inconsciente, as mesmas práticas de exames aos quais foram submetidos outrora. Para mudar sua maneira de avaliar os estudantes o professor precisa romper com tais barreiras, como bem coloca Zabala (2000).

Uma outra questão que precisa ser observada, consiste em que aquele que avalia, o faça sem ter pré-julgamentos sobre o objeto que está sendo avaliado, Luckesi (2011a, p.265), vai nos dizer que:

Duas condições prévias são necessárias a todo pesquisador, assim como a todo avaliador: disposição psicológica de acolher a realidade como ela é e escolha da teoria com a qual fará sua aventura de investigar

Quando se está avaliando o docente precisa se colocar em uma posição de pesquisador da realidade em que se encontra os alunos, seus graus de entendimento, níveis de compreensão, e precisa fazer isso sem pré-julgamentos. Se o profissional da educação ao adentrar em uma escola de rede pública, de um bairro de periferia, chegar com uma visão pré-estabelecida por ele mesmo, de que os estudantes que moram naquele bairro carente, não são capazes de

aprender, certamente o professor estará pondo este aluno à margem da aprendizagem significativa mesmo antes do processo de ensino aprendizagem. No que diz respeito a esta questão Luckesi (2011a, p. 267) nos lembra que:

Não é possível praticar os atos de pesquisar e de avaliar caso haja um julgamento prévio, visto que este representa, de início, uma exclusão. O que mais se pode fazer com um objeto, situação, ação ou pessoa julgados previamente de modo negativo?

Além de se colocar como um investigador, é necessário que o professor tenha consciência do corpo teórico que direciona seus métodos e metodologias de ensino. Todos os procedimentos executados em sala de aula possuem um aparato teórico, mesmo que o docente não tenha consciência disso. Luckesi (2011a, p. 271) nos diz: “A teoria é uma “lente” fundamental com a qual o avaliador e o pesquisar “vêm” a realidade”. Através da consciência do aparato teórico que guia suas ações, o professor poderá direcionar suas aulas da melhor forma possível, ou, se tratando das concepções de avaliação da aprendizagem, transitar de uma concepção de avaliação para a outra.

Após se permitir deixar de lado as concepções classificatórias que fizeram parte de sua vida escolar anteriormente, se colocar numa posição de pesquisador que avalia sem julgamentos prévios seu objeto de estudo e tem consciência da teoria que direciona seu trabalho, para se ter uma avaliação qualitativa dos seus alunos a fim de se trabalhar em favor do seu progresso, os docentes precisam estar atentos aos instrumentos de coleta de dados que aplicam em sala de aula, pois segundo Luckesi (2011a), se estes estiverem mal elaborados podem prejudicar consideravelmente seus alunos, estes podem até saber do conteúdo, mas no momento da avaliação não respondem corretamente por terem sido mal elaborados. Luckesi (2011a, p. 309) afirma: “Servir-se de instrumentos adequados e corretamente elaborados para a coleta de dados da realidade, no âmbito da prática da pesquisa científica ou da avaliação, é condição primordial para chegar ao conhecimento da realidade”. Caso os instrumentos não sejam adequados o professor não poderá analisar a real situação de aprendizagem do seu aluno.

Apresentados tais pré-requisitos, partimos para a avaliação da aprendizagem do aluno. Considerando que temos que avaliar os alunos de maneira qualitativa como a LDB 9.393/96 orienta, podemos ter a compreensão de

que o exame aplicado em sala de aula não consegue por si só, apresentar de maneira abrangente como está a aprendizagem do aluno, nem auxiliá-lo de maneira a melhorar sua aprendizagem. Avaliar os alunos de maneira qualitativa significa levar em consideração todos os aspectos do ensino aprendizagem desenvolvidos no dia a dia da sala de aula.

Hoffmann (2011) nos diz que os professores não compreenderam ainda o que significa avaliar o aluno de forma contínua e qualitativa, este deve ser o motivo pelo qual muitos não conseguem desempenhar de fato o que orienta a LDB 9.394/96.

A interpretação de muitos professores sobre o que seria avaliar os alunos de maneira qualitativa corresponde à análise do comportamento das crianças no ambiente escolar, o respeito para com os outros etc. Ou seja, vai para além dos aspectos cognitivos, por isso há confusão na interpretação da LDB 9.394/96 quando se diz que os professores precisam avaliar seus alunos de maneira qualitativa, de acordo com Hoffmann (2011). Devido a teorias apresentadas a muitos anos atrás, os professores passaram a seguir estes pontos, avaliando os alunos levando em consideração o seu modo de agir na escola, na sala de aula. Na verdade é importante que os professores analisem seus alunos em todos os aspectos, não de maneira fragmentada.

Avaliar os alunos se constitui em uma tarefa trabalhosa e bem complexa, muitos fatores precisam ser levados em consideração, como por exemplo, fatores externos e internos que podem ter influenciado os estudantes nos momentos de aplicação de atividades avaliativas, como por exemplo: "disfunção emocional do educando, carência de pré-requisitos, qualidade das atividades docentes, assim como do material didático utilizado, sem esquecer fatores como as condições físicas e administrativas da escola" (Luckesi, 2011a, p. 182), além disso, há questões familiares. Ora, todos estes fatores precisam ser levados em consideração na avaliação. O professor avalia os alunos para buscar meios de solucionar possíveis problemas de aprendizagem que vão se mostrando no decorrer do processo, se ele utiliza apenas do exame acaba por se conformar com a situação do estudante, e não busca os meios necessários para que este de fato aprenda. Por isso, os professores precisam ter a visão voltada para o

processo, e resultado final, não apenas para o produto como vemos na prática do exame, de acordo com Luckesi (2011a).

Ainda com relação à complexidade das variáveis, Hoffmann (2014a, p.2) afirma:

Toda avaliação envolve sempre um juízo de valor da pessoa que avalia, entram sempre em jogo sentimentos, conhecimentos e vivências pessoais ao se julgar algo como bonito, certo, errado etc. A partir dos estudos desses e de outros teóricos surgiu a denominação "avaliação mediadora"

Vemos que o próprio professor carrega consigo princípios que influenciam na sua maneira de avaliar o aluno, há momentos em que ele ultrapassa os limites, e envolve coisas no momento da avaliação que não condiz com o conteúdo proposto. Julga o aluno como incapaz, sem interesse, por sua religião, condição social, utiliza-se de critérios que não convém.

Quando se trabalha a avaliação numa perspectiva qualitativa sobre a quantitativa, ocorre a promoção do aluno, investimento numa real aprendizagem, e tendo a escola como um espaço democrático, onde todos aprendam, o professor levará em consideração as ideias dos estudantes, e passará a ouvi-los. Hoffmann (2014a, p. 3) diz:

Um objetivo significativo é "que o aluno tenha confiança para expressar suas próprias ideias com convicção e do seu próprio jeito. Esse objetivo é transversal a vários conteúdos e situações de aprendizagem e deve ser perseguido ao longo de toda a escolaridade. Mas para avançarmos nesse sentido, dependemos da formação do professor, da sua vontade de conhecer o aluno, da sua curiosidade pelo pensamento do aluno, de uma postura de descentração (pensar como o aluno pensa e desafiá-lo a ir adiante). Isso é mediação.

Ao professor cabe de fato fazer com que a sala de aula seja um ambiente democrático, que inclui o aluno, que pondera acerca de suas colocações, leva em consideração sua visão de mundo, sua produção, sem julgar de imediato o aluno como certo ou errado.

Em se tratando da questão do "erro", quando o professor está atento à aprendizagem do seu aluno, pode enxergar de maneira diferente. Quando o docente compreende o "erro" cometido pela criança sob um novo olhar, ele consegue enxergar novas possibilidades. Luckesi (2011b) e Hoffmann (2014b)

nos ajudam a ver o erro de maneira construtiva. É importante que o professor tenha atenção em tentar compreender como o seu aluno chegou àquela resposta que a princípio ele classifica como errada. Segundo Hoffmann (2014b, p.63-64):

Acredito que muito temos a aprender debruçando-nos sobre as respostas das crianças e jovens, lendo-as nas linhas e entrelinhas, pensando como possam tê-las compreendido, suas incríveis e curiosas soluções e a interpretação possível em relação às perguntas feitas, às ordens dos exercícios.

O professor enxergar o erro dos seus alunos de maneira construtiva caracteriza-se numa situação muito diferente do que eles estão habituados. De fato é um desafio para os professores, mas quando estes se dispõem a praticar esta visão eles poderão explorar melhor a capacidade de seus alunos. É importante que os docentes vejam o erro dos seus alunos como oportunidade de juntamente com todos os demais, retomar a discussão sobre o conteúdo e procurar da melhor maneira sanar as dúvidas existentes. Assim, quando se está corrigindo, o docente torna aquele momento reflexivo sobre as hipóteses que os alunos construíram, e não como um resultado final, como nos afirma Hoffmann (2014b).

Segundo Luckesi (2014b, p. 197) "o fato de não se chegar à solução bem-sucedida indica, no caso, o trampolim para um novo salto". Desta forma podemos enxergar o erro como uma oportunidade de, através de metodologias adequadas, os alunos de fato aprenderem. Semelhante a Hoffmann, Luckesi enxerga o erro como oportunidade de melhorar.

O professor precisa estar atento a como tem direcionado suas aulas e se o ambiente que propõe aos estudantes há espaço para o erro, para o recomeço, questionamentos, e para que isto ocorra é necessário uma abertura da parte do professor, do contrário o docente poderá fazer suas avaliações de maneira autoritária, e para que não o seja, este precisa levar dois pontos em consideração segundo Luckesi (2006, p. 3), o primeiro é o planejamento do ensino e o segundo elemento é o investimento na realização do que foi planejado. De acordo com o autor (2006, p. 3) "Sem planejamento não há aprendizagem adequada, mas planejamento sem investimento na sua construção não conduz a resultados desejados". O professor precisa se planejar, e isto se dá com base no Projeto

Político Pedagógico (PPP) da escola. Ao planejar, o docente saberá quais os conceitos, os objetivos que pretende em sala de aula, para que à medida que constrói a avaliação dos alunos, observe o que conseguiu promover com clareza para os alunos e o que ficou pendente, então ele poderá intervir em prol da melhoria daqueles que apresentaram pouca absorção do que lhes foi proposto em sala. Para isto, o professor precisa sempre estar disposto a investir no seu processo de ensino, para que possa efetivamente auxiliar seus alunos, e agir de maneira democrática para com todos.

Além destes pontos, para que os docentes consigam modificar efetivamente práticas de exames em sala de aula e fazer uma avaliação mediadora, eles precisam observar ainda critérios apontados por Hoffmann (2011) como: investigação docente; complementaridade das observações sobre o desempenho dos estudantes; e por último a provisoriade dos registros sobre o aluno. O sentido de tais princípios respectivamente se dá em, o professor estar sempre investigando o que o aluno está aprendendo, quais suas dificuldades, sua observação é constante; o professor precisar levar em consideração outros fatores que contribuem para a avaliação do seu educando, não pode se deter ao aspecto quantitativo, pois segundo Hoffmann (2011, p.37) "O número de acertos em uma tarefa (análise quantitativa) não revela, por si só, a dimensão qualitativa da mesma tarefa"; seguindo, os professores precisam fazer os registros do desempenho dos seus alunos de maneira provisória, pois estes estão passíveis a mudanças, visto que os professores não devem registrar no intuito de apenas apontar onde estão os erros, mas de ver a evolução dos seus alunos, e sanar as dificuldades que forem encontradas. Ao observar tais princípios os professores podem se situar e caminhar rumo a uma avaliação da aprendizagem efetiva.

Diante de tais colocações, vemos que avaliar os alunos de maneira qualitativa, demonstra ser uma prática trabalhosa, pois a avaliação da aprendizagem dos alunos é um trabalho complexo, que envolve muitas questões, mas que ao mesmo tempo, enriquece o trabalho do professor, e a aprendizagem dos alunos.

CONCLUSÃO

O objetivo neste artigo, foi o de diferenciar a avaliação dos exames, apresentar o que os documentos oficiais apresentam a respeito da avaliação e por fim compreender com base em referencial teórico consistente qual seria a melhor forma de avaliar. Entendemos que apesar de muitos considerarem avaliação e exames como práticas similares, pelo fato de ambos necessitarem das atividades impressas, trabalhos, seminários etc., estes diferenciam-se em sua essência, pois os exames estão voltados para o passado, para a classificação dos estudantes, com isto ele se mostra antidemocrático, e coloca a escola como um ambiente que exclui os estudantes, quando deveria incluí-los, além de ser quantitativo, se preocupa apenas com a quantidade de acertos ou erros em uma atividade avaliativa. Diferentemente, a avaliação inclui, ajuda o estudante em suas dificuldades com vistas a promovê-lo, ela é qualitativa, enxerga todo o processo de ensino aprendizagem dos alunos.

Nos documentos oficiais encontramos respaldo para sustentar nossas ideias acerca de qual seria a melhor maneira de avaliar, vemos que a LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) e as DCNs (BRASIL, 2010) nos mostram que precisamos avaliar nossos alunos de maneira processual, não pontual, sempre com a intenção de promovê-los, de acrescentar, contribuir com o seu pleno desenvolvimento, este é o papel da escola em nossa sociedade.

Através de todo o aparato teórico que dispusemos, concluímos que a melhor maneira de avaliar os alunos em sala de aula é com uma avaliação qualitativa, pautada em um efetivo processo de ensino aprendizagem, que não define o aluno com uma nota, não segrega, nem seleciona, mas considera todo o contexto da aprendizagem, as variáveis que podem interferir no processo, além de ser processual, diagnóstica, ou seja, os resultados obtidos durante o processo são dados que serão analisados com vistas a desenvolver estratégias de ensino que auxiliem os alunos em suas dificuldades, para que estes consigam alcançar os resultados desejados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria José de Azevedo; VIANA, Sônia Maria de Azevedo. **Ensino e pesquisa: organização de projetos**. Aracajú: UNIT, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
Acesso em: novembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4/2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6704-rceb004-10-1&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em 18.07.2019.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos epistemologias**. 2 ed. Chapecó: Argos, 2012.

HOFFMANN, Jussara. **Entrevista sobre Avaliação da Aprendizagem**. Mundo Jovem. Edição 451. 2014a. Disponível em: <http://www.mundojovem.com.br/entrevista/edicao-451-entrevista-avaliar-para-promover>.

_____. Uma visão construtiva do Erro. IN: HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à Universidade**. 33 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014b.

_____. **Pontos & contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo. Cortez, 2011a.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. ed. 22. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. **Entrevista sobre Avaliação**. Folha Dirigida, 2006. Disponível em: <https://docplayer.com.br/14038468-Entrevista-publicada-na-folha-dirigida-rio-de-janeiro-edicao-no-1069-de-06-10-2006-no-caderno-aprender-pag-9.html> Acesso em: 15/11/2018.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas**. 1º Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

ZABALA, Antoni. **Entrevista Revista Nova Escola**. Edição 0138. 2000.
Disponível em: revistanovaescola.abrilcom.br/img/planejamento/zabala.doc

_____. **A prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre:artmed, 1998.